
PACTO PELA APRENDIZAGEM: ESTRATÉGIA BIOPOLÍTICA DE GOVERNO DA APRENDIZAGEM

Cláudia Tapia Sikilero
Adriana da Silva Thoma

PRIMEIRAS PALAVRAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, TENSÕES E CONTEXTOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL

As políticas públicas direcionadas à educação no Brasil têm promovido discursos que tencionam uma aproximação/conhecimento dos riscos socioeconômicos situados na condição de não aprendizagens de alunas e alunos. Ainda que essa preocupação não seja nova, nas últimas décadas o movimento de democratização do conhecimento e do acesso e permanência na escola movimentou o contexto educacional brasileiro promovendo uma maior atenção à qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas do país.

No que concerne ao tema da aprendizagem, a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, ocorrida na Tailândia, em 1990, mapeou algumas características que se tornam comuns nas políticas educacionais de muitos países, tais como: a educação como indispensável para o crescimento econômico, em especial aos países em desenvolvimento e a preocupação com a qualidade que vem sendo aferida nas provas e avaliações externas, que ainda sofrem influência da perspectiva econômica de organismos mundiais (MACHADO; ALAVARSE, 2014). Analisando a equidade na preocupação dos países sobre o direcionamento das políticas educacionais, é possível destacar uma perspectiva comum: a expectativa econômica.

Frente a isso, também pode ser citado o recente documento denominado *Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passos* (2010)¹, onde o Banco Mundial promove um balanço de políticas educacionais implementadas no Brasil recentemente (últimos 20 anos). Nesse documento a educação é nomeada como possibilitadora de ações a favor do crescimento econômico a partir da força de trabalho e redutora da desigualdade social. Desse modo, a educação assume o papel de redutora da pobreza e formadora de mão de obra para atender as exigências da sociedade contemporânea.

Além disso, já a partir da Constituição Federal de 1988 (art. 21), o Brasil passa a se organizar em regime de colaboração, onde são direcionadas competências, responsabilidades e compromissos

¹ Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download &gid= 7289&Itemid=](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7289&Itemid=)> Acesso em fev. 2015.

a todas as esferas de governo: União, Distrito Federal, estados e municípios. Tal prática fica evidente, por exemplo, no *Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação* (BRASIL, 2008), pois “a política, como estratégia, metas e meios, foi concebida centralmente, mas sua execução é descentralizada” (LUCE; FARENZENA, 2007, p. 11). Uma vez que o MEC oferece suporte a municípios e estados que apresentam baixo rendimento de alunos, esse Plano promove um acompanhamento e uma cobrança da evolução dos índices no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica)².

Maués e Mota Junior (2014) acrescentam ainda que essa descentralização da gestão da educação, no que cerne aos aspectos administrativos e financeiros, representou a responsabilização crescente das instituições escolares pelo rendimento de seus alunos, tendo como fator de racionalização os gastos (ou investimentos), definidos, de certo modo, pelas avaliações e indicadores estabelecidos externamente. Ainda conforme os autores, é nesse cenário que são instituídas as avaliações externas para a educação como forma de fixar padrões de qualidade, induzindo os resultados que devem ser alcançados pelas escolas como sendo os de melhor desempenho, como “o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 1990, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), de 1998, e o Exame Nacional de Cursos (ENC), criado em 1995” (MAUÉS, MOTA JUNIOR, 2014, p. 1140).

O baixo rendimento dos estudantes em conjunto com uma série de outros insucessos escolares, tais como a evasão e a retenção, norteiam o rumo das políticas públicas educacionais no Brasil. Tais políticas estão situadas em ações que objetivam o governo da população e nas quais a educação escolar se torna um lócus privilegiado que coloca a escola pública em uma ênfase da sociedade de aprendizagem. Em uma perspectiva neoliberal, as avaliações externas e os índices por elas produzidos se tornam uma estratégia produtiva dentro da grade da governamentalidade, tanto para o controle quanto para a condução das condutas.

Assim, as preocupações e investimentos do Estado em relação às políticas públicas para a educação, colocam na aprendizagem uma condição para que todos participem do jogo econômico, situando na educação “uma das principais regras do jogo neoliberal: a inclusão de todos” (LOCKMANN, 2013, p.33).

² O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 também manifesta a preocupação com a responsabilização de todos, União, DF, estados e municípios, em um pacto federativo, quando explica que o PNE “[...] significa também uma oportunidade: se as diferentes esferas de governo têm compromissos comuns, terão resultados mais efetivos e recursos otimizados se planejarem suas ações de maneira integrada e colaborativa” (p. 09). Disponível em <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso: dez. 2014

Entendemos, com Foucault, que “nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer” (2010, p. 256). E o que tenho/temos a fazer no momento é pensar, problematizar, questionar, não tomar as coisas como evidentes ou naturais.

Neste sentido perguntamos: como um programa de uma rede municipal de educação funciona enquanto uma estratégia biopolítica que visa o governo da população escolar para que se efetive a aprendizagem de todos ou, ao menos, para que se minimizem o insucesso escolar? Sem a pretensão de responder, mas de problematizar essa questão, com base em ferramentas teórico-metodológicas de Michel Foucault, analisamos o programa Pacto pela Aprendizagem: Todos temos o direito de aprender, desenvolvido na rede pública municipal de ensino da cidade de Novo Hamburgo/RS.

GOVERNAMENTALIDADE, BIOPODER E AS PRÁTICAS DE GESTÃO DO RISCO

Antes de iniciar a análise do projeto *Pacto pela Aprendizagem: Todos temos o direito de aprender*, apresentamos, nessa seção, dois dos conceitos empreendidos pela analítica do poder problematizadas por Michel Foucault que serão úteis as problematizações: governamentalidade e biopoder. Os estudos sobre governamentalidade³ são expressos em alguns cursos ministrados pelo autor, como o curso intitulado *Segurança, Território e População* (1977-1978) e o *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979). Através de análises de textos históricos Foucault vai percebendo que entre os séculos XVI e XVIII as “formas repressivas e centralizadas do poder do Estado exercidas pelo soberano evoluíram para formas mais descentralizadas e difusas [...] de poder, exercidas por [...] instituições e pelos próprios sujeitos” (FIMYAR, 2009, p.38), isto é, passando de uma soberania que se exerce sobre o território e, por consequência, sobre os súditos que nele estão (FOUCAULT, 2008) para uma nomeada *arte de governar*.

Para tentar identificar essa *arte de governar*, Foucault faz referências ao livro *O Príncipe* de Maquiavel e à literatura antimachiaveliana, citando como exemplo, um dos primeiros textos dessa literatura anti-Maquiavel, o livro *O espelho político* de Guillaume de La Perrière (1955). La

³ Fimyar explica que: “Ao fundir o governo (*gouverner*) e a mentalidade (*mentalité*) no neologismo *governamentalidade*, Foucault enfatiza a interdependência entre o exercício do governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas. Em outras palavras, a governamentalidade pode ser descrita como o esforço para criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle*, *normalização* e *moldagem* das condutas das pessoas” (FIMYAR, 2009, p. 38).

Perriére traz as práticas do *governo* e do *governador* como práticas múltiplas, referentes ao governo das almas, das crianças, da casa, de um hospital. Onde muitos podem governar: famílias, professores, médicos, “[...] há portanto muitos governos em relação aos quais o príncipe que governa seu Estado não é mais que uma das modalidades” (FOUCAULT, 2008, p. 124). Outra definição trazida por La Perriére está relacionada às *coisas* a que se relacionam a *arte de governar*, sobre isso Foucault explica que, quando La Perriére falava sobre governar *coisas*, não se tratava do mesmo que o Governo de um território, como acontecia na soberania, mas sobre um complexo sistema que é imbricado pelos homens e pelas coisas.

Desse modo, o que se vê é a “formação de uma governamentalidade política” (FOUCAULT, 2008, p. 491), havendo ao longo de centenas de anos o deslocamento do olhar governamental, passando de uma preocupação com os problemas do território (inerente à soberania) para os problemas da população e, em decorrência disso, os problemas relacionados à administração da vida e dos riscos inerentes a essa população (biopoder).

A governamentalização do Estado, em vista disso, faz surgir a população como campo de intervenção governamental. Foucault (2003, p. 370), ainda em suas análises sobre a “história desse governo dos indivíduos por sua própria vontade”, faz referência a dois historiadores, Von Justi e De Lamare, e seus textos sobre regulamentos e a função da polícia em zelar pelo bem estar da sociedade. Para esses autores, a população era definida como um grupo de indivíduos vivos e suas características como espécie vivendo em conjunto, sendo a população definida por particularidades como: mortalidade, natalidade, epidemias, superpopulação, território, entre outros.

Com isso, essa governamentalização do Estado cria uma série de cálculos e estratégias – jurídicas, institucionais, econômicas – capazes de gerenciar (os riscos) a economia, a saúde e as questões sociais da população (ROSE, 1999). Assim, a descoberta da população, que deslocou uma inicial preocupação de Foucault com uma ideia de corpos disciplinados, individuais e dóceis, se desloca para um entendimento, a partir do século XVIII, de um corpo como espécie, que se tornou referência para que na segunda metade do século XVIII fossem produzidas formas variadas de controle da sociedade (CÉSAR; DUARTE, 2009). Portanto, “a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fator biológico fundamental do que o ser humano constitui uma espécie humana” (FOUCAULT, 1998, p.3), algo denominado por Foucault como biopoder, ou seja, um poder sobre a vida e, adotando, desse modo, *uma bio-política da população*” (FOUCAULT, 1988, p. 131)

Com a biopolítica, o Estado estabelece relações de poder de governo⁴ através de saberes como os da economia, medicina e pedagogia. A biopolítica está voltada ao corpo múltiplo, à população e à prevenção e estatística (FELIX, 2013). A estatística, sendo compreendida “como uma tecnologia para governar” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 142). Nos séculos XVII e XVIII, portanto, surge a ciência moderna regida pelos ideais da razão e da objetividade. Com isso, a estatística torna-se uma tecnologia importante para a governamentalidade e controle da sociedade, sendo que os registros numéricos prescrevem mais verdade ao conhecimento produzido por este campo de saber (SPERRHAKE; TRAVERSINI, 2012).

A estatística ao longo dos séculos se tornou um conhecimento científico importante e indispensável para o conhecimento da população, o controle dos riscos e para um bom governo. Na atualidade, ela se constitui em “[...] um meio, composto por saberes e por procedimentos técnicos específicos que é utilizada por governos de diferentes esferas públicas, para situar comunidades com altos índices de analfabetismo, por exemplo, como sendo de risco social” (TRAVERSI; BELLO, 2009, p.143).

A gestão da população e de seu corpo-espécie a partir da tecnologia da estatística é imprescindível aos modos de conduzir a população. Mesmo que redimensionada pela racionalidade que caracteriza a sociedade neoliberal, onde a condução individual a coletiva passa a responsabilizar cada um pelo seu destino, diminuindo a dependência do Estado, buscando, de modo impetuoso, figurar em rankings de status internacionais (TRAVERSINI; BELLO, 2009). Assim, a estatística como ciência do mensurável e numerável, coloca a questão do risco como *coisa* controlável, e que, segundo a lógica de um Estado contemporâneo, faz imperativa a institucionalização de programas sociais e educacionais de prevenção a esses riscos.

PACTO PELA APRENDIZAGEM: TODOS TEMOS O DIREITO DE APRENDER

Na contemporaneidade, vivemos o redimensionamento das estratégias e racionalidades do controle da biopolítica, e, conseqüentemente, dos modos de visibilidade e utilização que operam na tecnologia estatística. As estatísticas, nesse viés, acabam “operando duplamente: por um lado,

⁴Usamos as palavras governo ou governmentação a partir de Veiga-Neto quando diz que “[...] o Governo do Estado (em geral grafado com G maiúsculo) – é essa instituição do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da ação de governar” (VEIGA-NETO, 2005, p.82), já a palavra governmentação é utilizada nos “casos em que estiver sendo tratada a questão da ação ou ato de governar” (VEIGA-NETO, 2005, p. 82). Desse modo, governmentação se refere a práticas múltiplas, não apenas a modalidade de um soberano ou principado. Trata-se “de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas das comunidades, das famílias, dos doentes” (FOUCAULT, 2010, p.244).

conduzem à tomada de decisão para intervir, por outro, pelo discurso numérico, expressam os efeitos da intervenção proposta” (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 145).

Os meios de comunicação – rádios, televisão e jornais – tornam-se propagadores de discursos de verdade manifestos nos *escores* dessas estatísticas. Em vista disso, seria possível apontar um terceiro ponto de atuação estatística, ou seja, divulgadora de ações e programas sociais, educacionais ou econômicos que alcançam bons índices e que, por isso, tornam-se exemplos para outras instituições do Estado sobre como podem atingir patamares de excelência e melhorar o gerenciamento do capital humano⁵.

O jornal Zero Hora, de circulação impressa e online no Rio Grande do Sul, veiculou uma reportagem na *Capa ZH*, datada de 23 de maio de 2012, cujo título era *Pacto pela Aprendizagem: em Novo Hamburgo, índice de reprovação nas escolas municipais reduz pela metade*. Conforme a reportagem, o município de Novo Hamburgo, entre os anos de 2010 e 2011, reduziu pela metade o número de alunos reprovados nas escolas municipais, baixando no ano de 2011 para 4,57% o índice de reprovação. Além disso, o município passa a deixar de lado os números (estatística) e passa a olhar a individualidade de cada criança em uma ação de “mutirão” envolvendo professores, comunidade, as secretárias de Educação, Desenvolvimento Social e Saúde⁶.

O *Pacto pela Aprendizagem: Todos temos o direito de aprender*, publicitado brevemente pela notícia online do jornal Zero Hora, foi um dos vencedores do *Prêmio Inovação em gestão Educacional* coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, que premia os projetos que promovem avanços na educação, que contribuem para atingir os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação e que prezem pelo Compromisso Todos pela Educação. O projeto foi pensado sob uma rede de proteção social e sob uma gestão democrática, direcionando, como dito na reportagem, suas estratégias para uma ação intersetorial entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social. Como resultado deste projeto, houve a diminuição do índice de reprovação (de 10,39% em 2007 para 4,57% em 2011), segundo dados estatísticos da SMED/NH.

⁵ De acordo com Veiga- Neto e Saraiva (2009, p. 199) “aprender a aprender significaria tornar-se empresário de si, colocando-se num processo de gestão daquilo que, segundo Foucault (2008a), é chamado de capital humano pelo neoliberalismo”. Desse modo, gerenciar o capital humano seria organizar estratégias para desenvolvê-lo e multiplicá-lo cada vez mais.

⁶ Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/05/em-novo-hamburgo-indice-de-reprovacao-nas-escolas-municipais-reduz-pela-metade-3768172.html>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

Algumas fontes pesquisadas sobre o projeto indicam uma preocupação em atingir os objetivos fazendo com que todos aprendam na escola utilizando como ponto de partida o IDEB e a Prova Brasil, além de outros instrumentos avaliativos em larga escala, como a Provinha Brasil e a ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), a fim de aferir o desempenho dos alunos já nas primeiras séries do ensino fundamental. Sobre as avaliações de larga escala Traversini e Bello (2009) concordam que esses tipos de exames, por serem elaborados por especialistas externos, funcionam como uma forma de auditoria, explicando ainda que a

[...] maquinaria avaliativa opera utilizando o saber estatístico que gera comparabilidade entre o investimento público e os resultados apresentados. Há uma grande valorização dos índices obtidos e isso produz efeitos: evidência das práticas pedagógicas de “sucesso” e sugestão de replicá-las, geralmente independente do contexto; advertência e, muitas vezes, investimentos financeiros nas instituições com baixos índices, apontadas como problemáticas (TRAVERSINI; BELLO, 2009, p. 147).

Com isso, os indicadores de desempenho educacionais acabam tendo como umas das suas principais funções identificar as redes de ensino com resultados inferiores àqueles desejados e buscar maneiras de intervenção para solucionar os problemas.

No programa *Pacto pela Aprendizagem: todos temos o direito de aprender* os números estabeleçam a emergência de ações e estratégias de gerenciamento do insucesso escolar. As estatísticas, nesse viés, indicam para programas como o *Pacto* quais seriam os melhores índices de eficiência a média da aprendizagem dos alunos e, conseqüentemente, interveriam nas ações e estratégias locais, reduzindo a incidência de reprovações.

Enquanto uma estratégia biopolítica que visa o governo da população escolar para que se efetive a aprendizagem de todos ou, ao menos, para que se minimizem o insucesso escolar, o Pacto desenvolveu ações como: a) Diagnóstico individualizado de cada estudante; b) Ação intersetorial das equipes das Secretárias de Saúde (SMS), de Desenvolvimento Social (SDS) e da Secretaria de Educação; c) Atividades de turno integral, incluindo o *Mais Educação* e outros programas em parceria com as instituições da cidade; d) Investimento municipal de 25%. Com base nessas estratégias, uma racionalidade política passa a ser operada, o governo de populações e indivíduos, a fim de constitui-los enquanto sujeitos de acordo com uma necessidade, a necessidade de todos na escola e aprendendo.

De acordo com Traversini e Lockmann (2011), a inclusão escolar⁷ pode ser compreendida como uma estratégia da governamentalidade contemporânea, que estabelece formas, técnicas e procedimentos sobre como o indivíduo deve ser, agir e estar com os outros e, assim, opera-se estratégias institucionalizadas condizentes a técnicas de uma gestão governamental. Além disso, é necessário agir “sobre cada indivíduo para conseguir alcançar o governo no plano da população, evitando e reduzindo ou extinguindo a ameaça que tal sujeito representa à sociedade e à vida coletiva” (LOCKMANN; TRAVERSINI, 2011, p. 37).

Alguns excertos de entrevistas⁸ feitas com os gestores do município apontam para esse empenho em conhecer, conduzir e incluir os alunos:

[...] num mutirão a gente fazia visita domiciliar aos alunos, onde o prefeito e o secretário e sua equipe, acompanharam todos os professores e todos os funcionários da cozinha, da limpeza que forma junto e as equipes diretivas (Secretário de Educação).

[...] não se caracteriza uma clinalização dos casos que se apresentam junto a educação. [...] Mas, a gente sabe o risco que a gente corre [...] de institucionalizar crianças que na verdade... como quadros de um distúrbio comportamental, ou outro quadro qualquer... jogando nas costas de uma criança, por um quadro que não é especificamente bom, mas que se manifesta muitas vezes em sala de aula, processo de aprendizagem dela, e pra não correr o risco de estar jogando tudo na salvação da clinica (Secretário de saúde).

[...] eu diria que há um crescimento do serviço social, de desenvolvimento pelos projetos... são programas que a gente institui, que na verdade há um desenvolvimento social (Secretário do desenvolvimento Social).

Nesses excertos, vemos uma preocupação em relação à condução das condutas, a individualização e ao conhecimento da população. Veiga-Neto e Lopes (2007), quando explicam o governo que se opera por parte do Governo (União, DF, Estados, Municípios), utilizam como exemplo as campanhas oriundas de políticas governamentais no que tange a saúde e a educação. Os autores explicam que na saúde ou na educação, as campanhas ou projetos encaminham a condução de cada indivíduo no sentido de serem levados a uma determinada prática ou a um determinado comportamento. Nesse sentido, essas “ações de Governo que atuam promovendo o governo

⁷ Quando utilizamos o termo “inclusão escolar”, buscamos atrela-lo à promoção de uma educação para todos, ou seja, uma educação não excludente e universalizada, para o *Pacto* uma educação onde “todos temos o direito de aprender”.

⁸ Entrevistas realizadas por assessoras do INEP com gestores municipais em 2014, durante visitas *in loco* para avaliação dos indicados ao *Prêmio Inovação em gestão Educacional*, devidamente autorizadas através de TCLE (Termo de Consentimento Livre Esclarecido).

das populações; seu objetivo maior é a promoção da vida e, [...], por isso mesmo se colocam no âmbito da biopolítica” (VEIGA-NETO; LOPES, 2007, p.953).

As estratégias de governmentação das populações se fazem a partir da biopolítica – população entendida como corpo-espécie passível de ser quantificada – apoiada em uma intervenção política e ativa dessa multiplicidade de corpos sociais, ou seja, na ordem do biopoder. Desse modo, a fim de controlar os riscos, a disciplina⁹ passa a atuar de maneira menos individualizadora e passa a utilizar uma medida, um regulamento para saber o que é aceito ou não como estando dentro de uma determinada norma.

Em vista disso, as estratégias do programa municipal analisado, tendem a produzir efeitos não apenas globalizantes em relação à gestão da pobreza ou do insucesso na aprendizagem dos alunos, mas também, estabelecer mecanismos que associam dois domínios: por um lado o biopoder atuando como regulamentador da sociedade e de outro o poder disciplinar, onde a individualidade de cada um entra em um campo de documentação no qual todas as atividades e ações são mapeadas e registradas, fazendo, desse modo, de cada indivíduo, um caso.

Em uma ação similar a junção desses dois domínios – biopoder e poder disciplinar -, a norma¹⁰, individualiza e direciona o indivíduo ao conjunto de outros indivíduos, comparando-o. “E, ao se fazer isso, chama-se de anormal aquele cuja diferença em relação à maioria se convencionou ser excessivo, insuportável. Tal diferença passa a ser considerada um desvio, isso é, algo indesejável porque des-via, tira do rumo, leva a perdição” (VEIGA- NETO, 2014, p. 75).

Assim, para a política pública desenvolvida pelo programa municipal *Pacto pela Aprendizagem*, ser um sujeito *fora do rumo* seria não entrar na lógica de uma “sociedade da aprendizagem¹¹”, sendo sujeito da evasão ou não recebendo a aprovação ao final do ano letivo.

Em sua tese de doutorado Lockmann (2013, p. 286) escreve: “A educação é a chave!”, enquanto analisa a posição do discurso de diversos excertos de pronunciamentos de presidentes do Brasil que reforçam uma racionalidade neoliberal de investimento no capital humano, com base na

⁹ A disciplina atua no corpo de cada indivíduo, buscando regular e controlar suas ações, através do exame e de práticas que visam comportamentos dóceis e sujeitos produtivos.

¹⁰ A norma estabelece correspondência entre o elemento disciplinar do corpo individual (disciplinas) e o elemento regulamentador de um corpo-espécie (biopoder), portanto a norma é tanto aquilo que se aplica ao corpo que se deseja disciplinar como a uma população em que se deseja regulamentar.

¹¹ Giert Biesta desenvolve uma discussão sobre uma nova linguagem da educação, a linguagem da aprendizagem. Que estaria fomentando um tipo de educação nominada como “aprendizagem para vida toda e sociedade da aprendizagem” (BIESTA, 2013, p.32). Para Nogueira-Ramirez (2011, p. 230) a “aprendizagem é hoje a forma de governo pedagógico, o governo não mais do cidadão, mas do ‘aprendiz-permanente’”.

educação, para a melhoria das condições de vida. A educação, portanto, aparece como resposta aos problemas de desigualdade de oportunidades no Brasil é condição para o surgimento de inúmeros programas e ações afirmativas que colocam na centralidade estratégias para capturar esses sujeitos que estão em situação de risco – vulnerabilidade social e econômica – colocando os cada vez mais cedo na escola para que aprendam e sejam capazes de gerenciar suas próprias vidas. Por exemplo, no texto do *Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020*¹², a escola é destaca como o melhor caminho para tornar eficiente a formação da força de trabalho e por isso há um investimento de nações desenvolvidas em estratégias para elevar a qualidade da aprendizagem escolar.

Atualmente, inúmeros programas e ações afirmativas no mundo todo colocam a ênfase de suas estratégias na aprendizagem, como acontece no programa destacado nesse artigo. O programa, *Pacto pela Aprendizagem: todos temos o direito de aprender*, desenvolve estratégias que acionam o governo dos atores desse programa (alunos, professores e comunidade), voltadas para uma ação intersetorial (secretaria de educação, secretaria de assistência de saúde e secretaria de desenvolvimento social) que visa superar situações de não aprendizado de inúmeros alunos que apresentam baixo rendimento escolar ou múltiplas repetências para incluí-los na ideia, nomeada no texto sobre o programa o ex-secretário de educação do município, de que “todos podem aprender, basta que alguém nos ensine” (CARABAJAL, 2012, p.12)

Assim, o *Pacto*, do mesmo modo que muitos outros programas de Estado, desenvolve uma condição de visibilidade que enreda inúmeros conceitos que estão agregados à questão da aprendizagem ou da sociedade de aprendizagem. A aprendizagem seria uma possibilidade tanto de renovação do conhecimento e da cultura vigente, operando como uma máquina de Estado (GALLO, 2011), como permitiria o desenvolvimento de um capital humano (superando ainda os riscos dos insucessos) e das condições de desenvolvimento econômicas do país.

Para Biesta, uma linguagem da aprendizagem surge a partir da lógica neoliberal, na qual, o princípio de inteligibilidade se desloca de um princípio que enfatizava a troca de mercadorias de modo espontâneo para uma inteligibilidade neoliberal que tem enquanto princípio a competição. “Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um objeto de consumo” (VEIGA-NETO; SARAIVA, 2009, 189). Dessa maneira, para entrar no jogo econômico do neoliberalismo precisamos da aprendizagem para que haja um investimento em nossas vidas e possamos multiplicar o nosso capital humano. A escola caberia ensinar como gerenciar essa técnica de

¹² Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em 15 set 2015.

aprender a aprender. “A educação torna-se, assim, um modo de formação específico, aprendizagem, ou aprender a aprender, e não uma questão de formação” (MASSCHELEIN; SIMONS, 2014, p.89).

Ainda nessa perspectiva, para que se “molde” a estrutura do Estado neoliberal e aos seus sistemas nacionais de avaliação e fiscalização, a educação, ou mais especificamente a aprendizagem, passa a ser medida pelas avaliações de larga escala. Avaliações essas que apenas verificam a aprendizagem dos estudantes, sem levar em conta seu desenvolvimento, produzindo uma cultura de competição e meritocracia entre escolas, entre os municípios e entre os estados. A Meta 7 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) opera segundo essa lógica. O texto estabelece como estratégia “Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb” (2014, p.61).

Desse modo, pode-se concluir que no *Pacto* assim como existe uma preocupação com os resultados alcançados pelo município e pelas escolas, também existe uma atenção individualizada às especificidades de cada aluno e com a gestão de uma assistência social que responsabiliza as várias instâncias da sociedade. O *Pacto pela Aprendizagem: todos tem o direito de aprender* coloca em funcionamento estratégias que estão em consonância com programas e projetos governamentais voltados para aprendizagem e para o investimento do/no sujeito enquanto aprendiz e visando produzir sujeitos que possam participar do jogo do mercado do neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório Prêmio Inovação em Gestão Educacional 2013. **Avaliação in loco. Relatório da Visita in loco ao Município de Novo Hamburgo/RS**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP, 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. Disponível em <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Compromisso Todos pela Educação: passo a passo**, 2007. Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, jun. 2008.

BIESTA, Gert. Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CARABAJAL, A. A. Primeiras Palavras. In: ROCHA, S. (org.). **Escola Cidadã em Novo Hamburgo**: participação, qualidade e aprendizagem. Novo Hamburgo: Prefeitura Municipal, 2012a, p. 9-16.

CASTRO, J. A. Financiamento da educação pública no Brasil: evoluções dos gastos. In: GOUVEIA, A. B.; PINTO, J. M. R.; CORBUCCI, P. C. **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. Brasília: IPEA, p 29-49, 2011.

CÉSAR, M. R. A.; DUARTE, A. **Governo dos Corpos e Escola Contemporânea**: pedagogia do fitness. Educação & Realidade, Porto Alegre, maio/ago, p.119-34, 2009.

FELIX, A. M. **Práticas Curriculares no RS: As (poli)técnicas de governo**.. 2013. 89 f. Dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática/Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, Pelotas, 2013.

FIMYAR, O. Governamentalidade como Ferramenta Conceitual na Pesquisa de Políticas Educacionais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, maio/ago, p.35-56, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** Vol I: A Vontade de Saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 12º ed. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1998.

_____. **Omnes et Singulatim**: uma crítica da razão política. In: _____. *Ditos e Escritos IV*. Estratégia poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 355-385.

_____. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2007

_____. **Segurança, Território, População**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. O sujeito e o poder. In: DERYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica**: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2010.

_____. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In: RABINOW, P.; RABINOW, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GALLO, Sílvio. Sob o signo da diferença: em torno de uma educação para a singularidade. SILVEIRA, Rosa Hessel (Org). **Cultura, Poder e Educação**: um debate sobre os estudos culturais. Ed. ULBRA, p. 213-223, 2011.

LOCKMANN, K.; TRAVERSINI, C. S. Saberes morais, psicológicos, médicos e pedagógicos e efeitos na inclusão escolar. In: THOMA, A. S.; HELLESHEIM, B. (orgs.). **Políticas de Inclusão**: gerenciando riscos e governando diferenças. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011, p. 35-56.

_____. **A proliferação das Políticas de Assistência Social na Educação Escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LUCE, M. B.; FARENZENA, N. O Regime de Colaboração Intergovernamental. **Em Questão**, São Paulo, Observatório da Educação - Ação Educativa, n. 4, p.9-13, 2007.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das Escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 413-36, abr/jun, 2014.

MASSCHELEIN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola**: uma questão pública. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MAUÉS, O. C.; JUNIOR MOTA, W. P. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-52, out./dez, 2014.

ROSE, N. **Power of Freedom: Reframing Political Thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. Modernidade líquida, capitalismo cognitivo e educação contemporânea. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.34, n.2, p.187-201, mai/ago, 2009.

TRAVERSINI, C.; BELLO, S. E. L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 34, n. 2, p. 135-52, mai/ago, 2009.

_____.; SPERRHAKE, R. O uso do saber estatístico nos discursos acadêmicos da alfabetização. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.20, n2, p.67-87, jul./dez, 2012.

VEIGA-NETO, A. Governo e Governamentalidade. **Currículo sem Fronteiras**, Porto Alegre. v.5, n.2, p.79-85, jul/dez, 2005.

_____.; LOPES, M. C. Inclusão e Governamentalidade. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-63, out. 2007.

_____.; LOPES, M. C. Para pensar de outros modos a modernidade pedagógica. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v.12, n. 1, p. 147-66, 2010.

_____. **Foucault & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

RESUMO

O baixo rendimento dos estudantes em conjunto com outros insucessos escolares, tais como a evasão e a retenção, norteiam o rumo das políticas públicas educacionais no Brasil. Tais políticas objetivam o governo da população e fazem da escola pública um lócus privilegiado na sociedade de aprendizagem. Nesse viés, avaliações/índices são estratégias produtivas na grade da governamentalidade, tanto para o controle quanto para a condução das condutas. Com base nas ferramentas teórico-metodológicas de Foucault, foi analisado um programa da rede de ensino de Novo Hamburgo/RS que opera uma estratégia biopolítica, a qual visa ao governo da população, buscando a aprendizagem para todos no intuito de minimizar o insucesso escolar.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Biopolítica. Aprendizagem.

ABSTRACT

The low-performance of the students besides other educational failures, such as evasion and retention, guides the direction of public educational policies in Brazil. These policies aim at governance of population and make public school a privileged locus to learning society. This way, evaluations/indexes are productive strategies of governmentality grid. Based on theoretical and methodological tools of Foucault, it was analyzed a program from Novo Hamburgo/RS school system, which operates a biopolitics strategy, aiming at people's government, seeking the learning for all in order to reduce school failure.

Keywords: Public Policies. Biopolitics. Learning.

Submetido em: setembro de 2015
Aprovado em: dezembro de 2015